

# NIHONJINRON – TEORIAS DA JAPONICIDADE

*Elisa Massae Sasaki*<sup>1</sup>

**Resumo:** A discussão sobre a identidade nacional japonesa pode ser observada em Nihonjinron, ou seja, teorias da japonicidade que muitas vezes discorrem sobre a singularidade cultural e social nipônicas. Neste texto, verificaremos como esse debate se desenvolveu e variou nas Ciências Humanas japonesas, no contexto histórico moderno do Japão ao longo do século XX.

**Palavras-chave:** teorias da japonicidade; identidade nacional japonesa; Ciências Humanas japonesas; História moderna japonesa, século XX.

**Abstract:** The discussion about Japanese national identity can be observed in the Nihonjinron, that is to say: theories about the Japaneseness which usually are related to the Japanese cultural and social uniqueness. In this text, we will verify how this debate developed and varied in the Japanese Humanities, in the modern historical context of Japan throughout the 20th century.

**Keywords:** theories of Japaneseness; Japanese national identity; Japanese Humanities; Japanese modern History; 20th Century.

## 1. Introdução

O Japão tem traçado a sua identidade nacional através de um discurso pautado na sua singularidade. Isso tem sido desenvolvido no Nihonjinron 日本人論, que seria literalmente “teorias da japonicidade” Este gênero literário e acadêmico discorre sobre valores japoneses como exclusividade, homogeneidade, conformidade, dependência mútua, orientação grupal e harmonia, postos em contraposição aos valores ocidentais. Ao fazer isso, enfatiza demasiadamente a diferença entre o Japão e o Ocidente, sem se referir aos países asiáticos vizinhos,

---

1. Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp, atualmente é Professora Visitante no Setor de Japonês, do Departamento de Letras Clássicas e Orientais (LECO), do Instituto de Letras (ILE), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

além de simplesmente não mencionar as diferenças internas e transformações históricas (Lie 1996:2). Goodman (2000:158-9) observou que até o final do século XIX, o Outro do Japão era a China, isto é, até o fim do período isolacionista de Tokugawa e início da era Meiji, quando se intensificou o contato com o Ocidente. A partir do diálogo e comparação com este último – e apenas com este – o Japão foi traçando a sua distintividade.

Sugimoto (1997:4) observou que durante décadas, muitos escritores japoneses têm debatido a essência do japonês, o *nihon-rashisa* 日本らしさ – as peculiaridades típicas japonesas. O discurso nas ciências humanas japonesas procurou examinar o *nihon-teki* 日本的 (ao estilo japonês), em várias áreas, tais como administração, negócios, política, relações sociais, psicologia etc. Dentre as diversas publicações e pontos de vista que tratam deste assunto, existem alguns pontos em comuns, como Mouer & Sugimoto (1982:406) enumeraram: existe a tendência de argumentar que a sociedade japonesa é mais singular que outras sociedades; há uma insistência na tendência pronunciada de negar pontos em que a experiência japonesa apresenta interseção com as experiências compartilhadas por outras pessoas e sociedades e celebra apenas as feições da cultura japonesa que parecem ser únicas; todos os japoneses compartilham esses atributos, sem considerar as variáveis de classe, gênero, ocupação e outras estratificações, isto é, assumem que não há variação ou graus diferentes entre os japoneses; a orientação grupal existe apenas marginalmente em outras sociedades, particularmente no Ocidente, e por sua vez, essa característica grupal é apresentada como sendo unicamente japonesa e que configura um padrão cultural dominante que sempre molda o comportamento japonês; os japoneses também parecem ter um valor diferente sobre as relações verticais (Nakane 1992[1967]), subordinando-se à demanda de um conjunto estruturado de relações hierárquicas; a ideia de a-historicidade – como se os traços japoneses não dependessem de circunstâncias históricas, ou então, atemporais; e finalmente, a preferência social por consenso é ressaltada – enquanto os mecanismos através dos quais diferentes interesses se agregam são raramente discutidos, sempre é afirmado que os indivíduos sacrificam seus próprios interesses para preservar a harmonia dentro do grupo ao qual eles estão filiados. Talvez assumam que os japoneses são socializados para compartilhar esses valores similares e que se pode dizer que o consenso existe a priori.

Desde o período Tokugawa tem-se afirmado amplamente que os elementos essenciais na cultura japonesa podem ser compreendidos apenas pelos japoneses com um profundo entendimento do modo japonês de ser. Pois apenas os japoneses têm o *Yamato damashii* 大和魂, isto é, o espírito japonês, a essência nacional, o modo japonês de se fazer as coisas e a tradição nipônica em geral. Antes da Segunda Guerra Mundial, essa ideia foi abertamente promovida pelo Estado e se apresentou como parte da ideologia associada com a interpretação imperial da história japonesa. Embora os best-sellers japoneses nos anos 1970 usem um

vocabulário diferente, muito se parecem nas ênfases dadas à presença de características japonesas ausentes em outras sociedades e na glorificação dos elementos aparentemente paradoxais da cultura japonesa (Mouer & Sugimoto 1982:170).

Em certa medida, as tentativas de conceituar a singularidade japonesa refletem uma tentativa de evitar, ignorar ou mesmo de esquecer (Renan 1990) as consequências da Segunda Guerra Mundial, sendo que na expansão imperialista e colonização japonesa até esse período, a multiétnicidade foi inevitável. Em relação às mudanças nas teorias da nação japonesa desde o período Meiji até o Japão pós-guerra, Eiji Oguma (1998, apud SKEW, David, 2001) argumentou que o período pré-guerra foi dominado por uma crença de que o Japão era um Estado multiétnico e que foi apenas depois do final da guerra que o mito da etnicidade homogênea da sociedade japonesa se enraizou. Isso foi num tempo quando um número de não-japoneses morava dentro das fronteiras nipônicas e de repente o Japão foi despojado de seu império junto com a sua diversidade étnica, ao ser derrotado na Segunda Guerra Mundial em 1945. Essa relação entre as fronteiras nacionais e a identidade nacional é então claramente datada e inserida num contexto histórico de disputas militares da primeira metade do século XX (Askew 2001:3). É período que deixou marcas que ainda não cicatrizaram e que continuam mal resolvidas, sendo motivo de muitos debates polêmicos, tensões, conflitos, mal estares, ouvindo-se vozes cada vez mais altas e ativas de grupos marginalizados e/ou excluídos. A isso, somam-se outras questões importantes que estão ocorrendo na sociedade japonesa atual, como: o envelhecimento da população japonesa; a longevidade cada vez maior junto com uma taxa de natalidade cada vez mais baixa; a questão da aposentadoria; seguridade social; a des- ou re- estruturação familiar; a reforma no sistema educacional; o desenvolvimento tecnológico que certamente afeta e altera as relações sociais, sem contar a vulnerabilidade a catástrofes naturais como terremotos e tsunamis como ocorreu no dia 11 de março de 2011 em Tōhoku (região nordeste do Japão), a consequente questão da radiação nuclear de Fukushima (que remete às bombas de Hiroshima e Nagasaki), a fragilidade política revelada nessas situações de crise, dentre outras.

Num sentido mais amplo, os determinantes culturais como os valores religiosos, a língua, os padrões sociais e organização econômica, mais do que marcas psicológicas e genéticas, têm sido utilizados para dar significado à existência de uma identidade japonesa homogênea e imutável. Nessa literatura, os japoneses contemporâneos são transformados por um passado idealizado, sendo a heterogeneidade ignorada e a memória histórica apagada (Weiner 1997:xiii). Nesse sentido, Lie (1996:8) aponta que essa singularidade nipônica sempre celebra o status quo, apresentando precedentes históricos para mudanças defendidos pelos grupos conservadores no Japão e que funcionam como uma ideologia para encorajar o nacionalismo cultural ou chauvinista (Sugimoto & Mouer 1982, Dale 1986, Befu & Manabe 1990).

## 2. As Ciências Sociais Japonesas

No início dos anos 1930 – período marcado pela agressividade imperialista japonesa na Ásia Oriental – iniciaram dois grandes desenvolvimentos que mudaram o escopo e a audiência do discurso sobre a etnicidade e o nacionalismo étnico. O primeiro foi o grande número de marxistas que anunciaram suas conversões ao nacionalismo depois do Incidente de Manchúria em 1931. Utilizando diferentes argumentos, muitos aderiram à ideia de nação étnica ou *minzoku* 民族 como incorporação verdadeira dos anseios proletários para que esses marxistas se juntassem aos socialistas nacionais e outros da direita, apoiando a intervenção japonesa no Oriente asiático e um ataque ao imperialismo capitalista global. Os teóricos marxistas se encantaram com a ideia de nacionalidade étnica através da obra de Stalin sobre a questão nacional no início dos anos 1920 (Doak 2001). A vida intelectual japonesa do século XX não pode ser descrita sem se mencionar o marxismo como parte da influência poderosa da vida intelectual alemã no Japão na primeira metade desse século. Embora tenha sido repetidamente suprimido pelo governo, o marxismo era amplamente discutido pelos intelectuais acadêmicos e políticos. Quando o período pré-guerra se tornou desacreditado no período imediatamente após a guerra, o Partido Comunista, assim como a ideologia marxista, foi amplamente considerado como o único grupo a resistir ao militarismo e autoritarismo do pré-guerra. Além disso, o marxismo ofereceu uma grande estrutura teórica para não apenas compreender a *débâcle* do fascismo no pré-guerra e da guerra mundial, mas também para criticar o sistema imperial do pré-guerra. O apelo do marxismo no período pós-guerra foi diverso. Ele não apenas ofereceu uma estrutura teórica sofisticada, mas também os novos valores da modernidade e representou a resistência heroica contra o lamentável passado do pré-guerra (Lie 1996:18).

O segundo desenvolvimento do discurso sobre a nacionalidade étnica está relacionado à renascença cultural dos anos 1930. Além das questões políticas e legais, começou a florescer uma variedade de teorias literárias e culturais sobre identidade, *self*, sociedade, além das questões colocadas pelos etnólogos e cientistas políticos. A literatura foi particularmente afetada, à medida que se tentou incorporar elementos do *völkisch* para o entendimento da cultura japonesa no cânone literário. A literatura e o impulso cultural por trás do *minzoku* foram contra sua compreensão puramente biológica enquanto raça, como defendiam muitos escritores que eram quase unânimes ao argumentar ser *minzoku* uma identidade nacional e étnica que teve que ser produzida através do trabalho cultural.

Mas a literatura sentimental não foi o único campo que triunfou com a celebração da etnicidade no Japão durante os anos 1930 e 40. As Ciências Sociais foram se transformando em Ciências Culturais (*Geisteswissenschaften*) à medida que enfatizavam o discurso sobre identidade nacional e étnica dos anos 30. As disciplinas científicas sociais e racionais também se alastraram com o que foi chamado

de apelo *Volksgeist*, especialmente entre antropólogos e etnógrafos que, seguindo Franz Boas, rejeitaram os esquemas de evolução racial em favor de uma difusão de culturas que eram associadas especificamente à definição de *Völkisch* do povo nacional. Essas novas mudanças na Antropologia associaram a linha *Volksgeist* à identidade cultural e pode ser traçada aos novos métodos delineados por Yanagita Kunio 柳田 国男 (1875-1962) e Oka Masao 岡 正雄 no “*Jornal Minzoku*” (*Ethnos*) que eles fundaram em 1925. Essa nova linha desafiou a legitimidade da compreensão científica natural ou puramente biológica da raça enquanto uma explicação suficiente e legítima de identidade social. Nos meados dos anos 1930, as celebrações marxistas de superioridade das novas Ciências Sociais sobre as velhas Ciências Naturais rapidamente se convergiram em linhas modernistas na Etnologia para resultar em um poderoso consenso em torno do princípio de que a raça sozinha não é suficiente como uma explicação para o fenômeno social e nacional. Mas essa mudança discursiva para um entendimento sociológico cultural das organizações humanas também significou crescentemente que a sociedade em si seria revista em termos totalizantes, etnológicos e etno-nacionais (Doak 2001).

Também foi nos anos 1930 que a literatura do *Nihonjinron* emergiu como um gênero, num período em que o Japão se direcionava à Segunda Guerra Mundial. A expansão imperialista japonesa foi cuidadosamente examinada pelas potências ocidentais e o Japão acabou se isolando e se tornando agressivo em relação ao Ocidente assim como aos países asiáticos. Neste contexto, a elite e os intelectuais estavam desiludidos com o Ocidente. Assim, eles buscaram uma japonicidade distinta nas teorias nativas que pudessem explicar a sociedade japonesa, em diversas áreas como Climatologia e sistema familiar estruturado verticalmente. A essência japonesa romantizada e narcisista foi buscada depois de maneira sistemática para contrastar aberta e dissimuladamente em relação ao Ocidente idealizado. Os assuntos comuns eram no sentido de ver a sociedade japonesa como um todo integrado e harmonioso e que todos ou a maioria dos japoneses possuísem o mesmo caráter nacional. A questão essencialista se tornou então o cerne do discurso do *Nihonjinron*.

Nesse mesmo período da primeira metade do século XX, o racismo aberto se tornou evidente em ambos os lados – no Japão e no Ocidente, particularmente nos Estados Unidos. O governo americano promoveu ativamente os estudos do caráter nacional do Japão, sendo que muito disso tendia a reforçar toda uma série de questões sobre o Japão que fosse um lugar comum ao pensamento racista (Dower 1986:122). Em contraste, os estudos sobre o caráter nacional japonês concentraram-se em traçar a sua singularidade.

### 3. A Presença Americana no Japão Pós-Guerra

O final da Segunda Guerra Mundial marcou o início da história contemporânea japonesa. Depois da derrota em 1945, o país estava economicamente devastado e o seu povo desmoralizado. Durante os seis anos seguintes de ocupação americana no Japão, sistemas, valores e ideologias democráticas foram difundidos nas instituições políticas, econômicas, educacionais e sociais japonesas. Uma nova constituição implementada em 1947 que garantiu a liberdade de expressão, religião e associação, além dos valores de liberdade civil como o direito a voto, tanto aos homens quanto às mulheres. As reformas feitas durante a ocupação americana incluíram: a dissolução de grandes corporações baseadas no sistema de família chamado *zaibatsu* 財閥; a autorização de trabalhadores para organizar sindicatos; separação do Estado da religião xintoísta; reforma educacional e a implementação de reformas agrícolas como redistribuição de terras (Nakao 1998).

Durante a ocupação militar do arquipélago japonês entre 1945 e 1952, os Estados Unidos trataram o seu inimigo com uma combinação de firmeza política e tolerância econômica, impondo ao país derrotado um sistema político democrático e uma constituição em que renunciaria à guerra e ao desenvolvimento bélico. Assim, a ocupação americana banuiu as ameaças do militarismo japonês que afligiu a Ásia Oriental durante décadas. Mas por aquiescência ativamente encorajada, a recuperação econômica do Japão, os Estados Unidos entraram num processo em que o seu inimigo de até então se tornou o seu maior competidor comercial e financeiro no mundo.

Os Estados Unidos contribuíram com a recuperação econômica japonesa depois da Segunda Guerra Mundial no contexto da emergência da Guerra Fria na Ásia. O confronto soviético-americano na Europa no final dos anos 1940 fez a administração de Truman reconsiderar e até mesmo reverter a severa política de ocupação na Ásia, temendo que o Japão militarmente vulnerável e economicamente fraco se tornasse alvo da intimidação soviética uma vez que a ocupação americana fosse retirada. Assim, em 1948-49 os Estados Unidos retiraram todas as restrições sobre a recuperação econômica japonesa, detiveram a requisição de equipamento capital para reparações, abandonaram planos para a descentralização forçada da indústria japonesa e começaram a fornecer assistência financeira para promover o crescimento econômico e a estabilidade social do Japão. O advento da Guerra Fria e o desencadeamento da Guerra da Coreia (1950-1953), quando os Estados Unidos passaram a se confrontar com a União Soviética, dividindo o mundo entre Leste e Oeste, acarretariam a reversão das alianças, transformando as antigas potências do Eixo em membros plenos do sistema de defesa do Ocidente. Contudo, o fim da Guerra Fria e a débâcle da União Soviética impuseram grandes mudanças na estrutura do poder mundial. Com o desaparecimento do conflito Leste-Oeste, pouco a pouco vinha emergindo um novo quadro internacional ou uma nova ordem mundial (Cabral 2000).

Quando a Guerra da Coreia estourou no início dos anos 1950, acelerou-se a transformação do Japão, de inimigo empobrecido a um aliado próspero, demonstrando

que o valor do país aos Estados Unidos era de contrapeso às potências soviéticas e chinesas comunistas no Extremo Oriente. O gasto militar americano durante a guerra estimulou um boom econômico no Japão que nos meados da década de 1950 o elevou ao mais alto padrão de vida na Ásia. O investimento em capital e transferência de tecnologia dos Estados Unidos aumentou muito rapidamente, capacitando a indústria japonesa a substituir os seus equipamentos de guerra destruídos por maquinários mais recentes. O comércio exterior se recuperou rapidamente, primeiro nas indústrias têxteis e depois nas leves e em seguida em setores avançados como: eletrônico, automotivo e naval. O renascimento econômico espetacular animado pela Guerra da Coreia foi acompanhado por uma expansão das capacidades de defesa do Japão.

O rearmamento e a recuperação econômica do Japão durante e depois da Guerra da Coreia teve o respaldo dos Estados Unidos, que se apressou em terminar o status do Japão como inimigo ocupado e restaurá-lo como um estado-nação com soberania política plena. No dia 8 de setembro de 1951, os Estados Unidos e mais 48 países (exceto a União Soviética e a China) assinaram um Tratado de Paz com o Japão em São Francisco, que, em seguida, findou o estado de guerra e a ocupação americana no dia 28 de abril de 1952. No mesmo dia em que o tratado foi assinado, os Estados Unidos e o Japão concluíram um Pacto de Segurança para a retenção indefinida das forças militares americanas no Japão assim como a manutenção de uma grande base sob a administração americana direta na ilha japonesa de Okinawa. Desse modo, o ex-inimigo japonês, assim como o ex-inimigo alemão no outro canto da Eurásia, começou a ser considerado pelos Estados Unidos como indispensável na campanha para conter a expansão global da potência soviética (Keylor 1992:377).

Desde a Segunda Guerra Mundial, os valores em torno do Japão têm mudado intermitentemente. Imediatamente depois da derrota na guerra, muitos aspectos da “Japonicidade” suprema foram considerados como resquícios feudais e obstáculos à democratização do Japão. Embora a valorização dominante da japonicidade tenha mudado de positiva para negativa no próprio Japão, houve uma continuidade na ideia de que a sociedade japonesa era vista como um todo integrado culturalmente. Mesmo os importantes teóricos da democratização ainda tendiam a se basear na descrição estática e teorias populares relacionadas à dicotomia entre pré-moderno e moderno, ao idealizar a democracia ocidental e o individualismo e explorando a falha do Japão em produzir indivíduos democráticos modernos.

A relação simbiótica entre os Estados Unidos e o Japão tem produzido um efeito decisivo nas imagens do Japão que pode ser indicado por diversos aspectos, tais como: a predominância de acadêmicos americanos nos Estudos Japoneses; a Guerra do Pacífico; a subsequente ocupação pelas forças americanas; os laços econômicos contínuos entre os dois países; a importância dos Estados Unidos como o grupo de referência positiva do Japão; a Guerra Fria e o papel da língua inglesa americana. No conjunto, tudo isso contribuiu para disseminar as informações sobre a sociedade japonesa para o resto do mundo. Durante os anos 50 e 60, as ciências

sociais japonesas foram influenciadas de várias maneiras pelos desenvolvimentos ocorridos nos Estados Unidos. A primeira foi a importação de métodos americanos, especialmente o empirismo e a pesquisa comportamental, assim como a teoria da modernização. A segunda foi o desenvolvimento do Programa Fulbright e a alocação de outros fundos através do Departamento de Estado para convidar os líderes sindicais e outros das relações industriais aos Estados Unidos. O apoio americano em montar o centro de produtividade do Japão e o papel do governo japonês em estabelecer essas agências no Japão serviram para promover a ideia de que a institucionalização do conflito industrial era inevitável. Esses programas tendiam a isolar marxistas e outros que eram da ala contrária ao estabelecimento da arena dos grandes debates acadêmicos (Mouer & Sugimoto 1982:184).

A natureza política do *Nihonjinron* se tornou mais clara nos anos 1950 quando o Japão foi escolhido como um pupilo honorário da versão americana de modernização no período da Guerra Fria. A história moderna do Japão foi agraciada como um modelo positivo do desenvolvimento capitalista em oposição ao bloco comunista. A derrota na guerra fez a esquerda japonesa muito poderosa e ativa. No sentido de reprimir a esquerda japonesa e para mobilizar os japoneses para um desenvolvimento capitalista ideal, os Estados Unidos tentaram implantar no Japão uma imagem de superioridade em relação aos países comunistas. Para tal, os valores e estruturas tradicionais do Japão e a sua história moderna foram pela primeira vez positivamente definidos e valorizados pelo Ocidente. O rápido crescimento do Japão também fez com que os estudiosos japoneses recuperassem a confiança na sua sociedade. A peculiaridade das relações industriais japonesas como o sistema de emprego vitalício, salários por senioridade e sindicalismo empresarial, veio a ser enfatizada como o segredo do sucesso da modernização. Essa tendência cresceu especialmente no final dos anos 1960 quando o poder econômico do Japão se tornou muito forte. A partir da perspectiva da teoria da modernização, o milagre do Japão não poderia ser completamente explicado pelas experiências ocidentais de modernização e a japonesa não convergiu totalmente nessa perspectiva. Sendo assim, as razões foram buscadas no âmbito da cultura. As características culturais que eram consideradas como reminiscências feudais vieram a ser valorizadas positivamente como força diretriz por trás do milagre econômico do Japão. Isso levou a um renascimento da ênfase positiva sobre a singularidade japonesa que foi tão forte nos anos 1930.

#### **4. *Nihonjinron* a partir dos Anos 1960**

O modelo de grupo da sociedade japonesa representa a formulação mais explícita e coerente, sendo ainda muito influente na interpretação da estrutura social japonesa. Dentre vários estudos acadêmicos e não acadêmicos que tentam



interpretar e explicar a peculiaridade da sociedade japonesa em diversos aspectos, muitos acabam homogeneizando e reificando a sociedade japonesa como tendo uma essência estática. A questão da singularidade japonesa tem sido abordada ad nauseam em um grande volume de publicações e por diferentes argumentos. Aquilo que o próprio gênero literário *Nihonjinron* difunde e que é, por sua vez, compartilhado pelos seus conterrâneos, pode ser indicado, por exemplo, pela alta vendagem comercial desse tipo de publicação. Segundo a bibliografia de Nomura Sōgō Kenkyūjo 野村総合研究所 (Centro de Pesquisa Nomura) (1979), havia cerca de 700 livros sobre *Nihonjinron* entre 1946 e 1978 (Aoki 1990:24, apud LIE 1996), o que representa a expressão comercializada do nacionalismo japonês.

A primeira década depois do final da guerra foi um período de reconstrução e recuperação da guerra. Nos anos 1960, o Japão teve uma recuperação econômica notável com o seu PIB atingindo o segundo maior do mundo. A crescente ênfase na industrialização como sinônimo de crescimento econômico, investimento na infraestrutura urbana e intensificação na migração rural-urbana mudaram a natureza de muitas cidades japonesas. Nos meados dos anos 1960, o Japão completou a sua recuperação econômica. Contudo, também começou a enfrentar novos tipos de problemas sociais como a poluição ambiental, resultante da rápida industrialização. Uma vez que as necessidades básicas econômicas foram satisfeitas, os japoneses começaram a prestar mais atenção às questões como do meio ambiente, desigualdade social e direitos civis. Os movimentos estudantis e de outros grupos sociais no final dos anos 1960 foram parcialmente responsáveis pela crescente preocupação por parte do governo em relação a questões sociais.

A consciência social do público continuou aumentando nos anos 1970 apesar da desaceleração e estabilização do crescimento econômico. Essa década marcou a emergência do Japão como o maior competidor da economia mundial. Com a abertura de seu mercado doméstico para o comércio externo nos meados da década de 70, o Japão reverteu o curso do até então protecionismo econômico. A sua grande imersão na economia global estimulou o crescimento econômico que alcançou o seu pico no final dos anos 1980 (Nakao 1998).

Os desenvolvimentos do *Nihonjinron* nos anos 1970 e 80 estavam intimamente relacionados ao apoio do governo japonês na busca pela japonicidade. No sentido de circunscrever a singularidade japonesa e para disseminar a imagem correta do Japão no mundo, muitos centros de pesquisa oficiais foram estabelecidos. Em 1979, o Primeiro Ministro Ōhira Masayoshi 大平正芳 (1910-1980) iniciou o programa de pesquisa “*Bunka no Jidai*” 文化の時代 (A Era da Cultura). Na mesma linha, o governo de Nakasone Yasuhiro 中曾根康弘 (1918-) estabeleceu o Centro de Pesquisa Internacional de Estudos Japoneses, conhecido como *Nichibunken* 日文研, abreviação de 国際日本文化研究センター (Kokusai Nihon Bunka Kenkyū Center) em Kyōto 京都 em 1986 onde muitos estudiosos estão

desde então engajados com a pesquisa sobre a essência japonesa. Como o poder econômico do Japão se tornou então mais forte, as conexões entre a elite, *Nihonjinron* e a construção oficial da identidade nacional se tornaram óbvias. O objetivo desses apoios institucionais e oficiais ao discurso do *Nihonjinron* é disseminar a visão essencialista da japonicidade não apenas entre os japoneses, mas também em todo o mundo, e assim tê-la devidamente reconhecida pelos Outros.

O milagre econômico do Japão também mudou as visões ocidentais sobre o Japão, pois este país surgiu como um forte competidor. Contudo, o segredo do seu sucesso ainda se pauta não em termos de racionalidade moderna, mas sim em termos de alteridade cultural do Japão. Como uma ameaça ao poder ocidental, o futuro da potência econômica do Japão foi o principal foco de preocupação no Ocidente.

Nos anos de 1970 havia uma clara ambivalência nos comentários ocidentais sobre o milagre do Japão. Uma visão otimista pode ser encontrada no livro de Kahn (1971, apud IWABUCHI, 1994), **The Emerging Japanese Superstate**, em que o autor se refere ao Japão como ‘Japan Inc.’, declarando que o século XXI seria a era do Japão. Já uma visão pessimista traça uma imagem desumanizada dos japoneses como animais econômicos. Como Wilkinson (1991:139, apud IWABUCHI, 1994) diz, ‘Japan Inc.’ é mais facilmente compreendido como um eco do velho medo do despotismo oriental que é uma imagem negativa facilmente evocada do período de guerra e que satisfaz a necessidade emocional de identificar um inimigo maléfico. As imagens americanas sobre o Japão praticamente não mudaram desde a obra de Ruth Benedict (1988[1946]), **O Crisântemo e a Espada**. Os americanos continuam vendo o Japão como paradoxal, alienado, imprevisível e instável. Além de tudo, ele argumenta que a imagem americana do Japão que ele tem descrito se baseou em grande medida nas imagens japonesas do Japão. Como resultado dos esforços da elite japonesa em disseminar o *Nihonjinron* no exterior, livros como **Japanese Society** de Nakane (1992 [1967]), têm influenciado muito na construção da imagem americana sobre o Japão. E, por sua vez, a própria imagem do Japão em si tem sido influenciada pela visão americana. Nesse sentido, podemos ver claramente a relação de cumplicidade entre o Japão e o Ocidente, como defende Iwabuchi (1994).

Como o status econômico do Japão se firmou e o poder econômico americano declinou relativamente, alguns estudiosos no Ocidente, principalmente nos Estados Unidos, defendem um aprendizado com o Japão, como Dore (1973, apud IWABUCHI, 1994) e Vogel (1979). Embora o livro de Vogel **Japan as Number One** tenha surtido uma grande reação tanto no Japão quanto nos Estados Unidos, o livro também provocou diferentes efeitos. Por exemplo, a relação recíproca entre o Eu e o Outro foi construído como um jogo de soma zero: quando o Japão ganha pontos, o Ocidente perde. Diferentemente dos anos 1930, o Ocidente perdeu tantos pontos que começou a falar de si mesmo. A década de 1980 testemunhou a emergência de um tipo de equivalente americano de *Nihonjinron* em que se discute muito

sobre o modo como a cultura nacional americana poderia ser realçada e protegida da relativização global.

Ao mesmo tempo, contra a visão essencialista da singularidade da cultura japonesa, que é produzida no Japão e também no Ocidente, muitas críticas surgiram no Japão e no Ocidente a partir dos anos 1980. Muitos desses trabalhos tentaram desmistificar as noções de singularidade da sociedade japonesa, em vez de discorrer sobre atributos culturais. Essas obras negam o excepcionalismo japonês e tentam trazer o Japão de volta para o resto do mundo, tirando-o assim do seu pedestal. Entretanto, há uma tênue linha entre este tipo de desmascaramento e uma crítica mais agressiva veementemente antijaponesa, contaminada com os interesses do Ocidente. Os Estados Unidos começaram a culpar o Japão pela deslealdade no jogo comercial. Contudo, curiosamente, esses revisionistas compartilhavam com os teóricos japoneses do *Nihonjinron* a visão de que o Japão e o Ocidente eram irreduzivelmente diferentes. Por exemplo, embora autores como Van Wolferen (1989) critiquem corretamente o Japão por utilizar a singularidade cultural como uma desculpa para o superávit comercial do Japão e como uma legitimação para a democracia subdesenvolvida do Japão, eles ainda tratam o sistema japonês como alienado ou totalmente diferente do Ocidente. Consequentemente, essa visão leva facilmente ao etnocentrismo ocidental. A falta comparativa do sucesso econômico europeu e norte-americano deve ser uma consequência da sustentação dos princípios universais e código moral. Através dessas razões, é possível, mesmo diante da falha competitiva, reafirmar a supremacia essencial (ou seja, civilizacional) da cultura ocidental.

Contudo, ironicamente, a força do *Nihonjinron* é reforçada justamente pela agressividade da crítica ao Japão, ao enfatizar as diferenças entre o Japão e o Ocidente. Como resposta a essas críticas, a elite japonesa ressaltou que o Japão foi usado como bode expiatório para justificar o declínio do poder econômico ocidental. Quanto mais o Japão era criticado pela sua unidade cultural homogênea, mais as diferenças entre Nós e Eles eram consolidadas e melhor funcionava a natureza defensiva do *Nihonjinron*. Daí vem a crítica aos Estados Unidos. 「 NO (ノ一) 」 と言える日本 (‘No’ to Ieru Nihon) – **O Japão que Sabe Dizer ‘Não’** (Ishihara 1991) – escrito pelo político conservador nacionalista e populista Ishihara Shintarō 石原 慎太郎 (1932-) em coautoria com um dos fundadores da Sony, Morita Akio 盛田昭夫 (1921-1999), tornou-se um sucesso de venda, com um milhão de cópias no Japão<sup>2</sup>. Ishihara era governador de Tokyo, capital do Japão. Como um *Nihonjinron* popular, esse livro marcou uma mudança importante para se defender da agressão. Os argumentos de Ishihara se pautaram especialmente na superioridade tecnológica do Japão, condenando a tendência racista nas críticas contra o país e

---

2. Considerações sobre tal obra foram retiradas apud de IWABUCHI, Koichi, 1994.

declarando a abertura de uma nova era em que o Japão compartilharia a liderança mundial junto com o Ocidente. Em outras palavras, esse livro se tornou famoso por ter uma posição mais crítica em relação às práticas empresariais e comerciais com os americanos e, ao mesmo tempo, incentivar o Japão a se posicionar de modo mais independente em várias áreas, como nos negócios e relações externas.

## 5. Considerações Finais

O Japão começou a falar sobre o Ocidente novamente e o *Nihonjinron* tem sido usado como a arma na batalha econômica entre o Japão e o Ocidente, principalmente contra os Estados Unidos, nos anos 1990. O poder econômico do Japão fez da sua autoafirmação de singularidade não mais apenas uma questão de construção de identidade nacional japonesa, mas também de construção do Outro ocidental. Entretanto, deve-se enfatizar que apesar das mudanças históricas, políticas, econômicas e culturais, tanto no Japão quanto no Ocidente, na relação entre os dois, podemos ver como a construção do Japão enquanto uma entidade cultural única tem permanecido essencialmente a mesma. A sobreposição intrigante dos estereótipos hostis e os auto estereótipos positivos que Dower (1986:31) observou na propaganda de ambos os lados durante a Segunda Guerra Mundial na verdade nunca cessaram. A alteridade japonesa, por sua vez, confirma o Eu universal ocidental – ambos precisam um do outro para se definir. Na era da globalização em que se intensifica a interconexão cultural e econômica do mundo, essa tendência tem se tornado mais frequente. No contexto internacional da relação de cumplicidade entre o Japão e o Outro ocidental, a unidade construída e celebrada do Japão sempre foi precária. Contudo, o desmascarar do mito da japonicidade é muito diferente da compreensão do poder simbólico da identidade nacional. Apesar da clara falsidade de uma japonicidade unificada e das desigualdades que existem na sociedade nacional real, cabe perguntar, por sua vez, por que e como se mantêm as comunidades imaginadas (Anderson 1983)? E como as diferenças foram alinhavadas a uma identidade (Hall 1992)?

Os estereótipos nacionais que podem ser lidos de formas multifacetadas dentro da nação, servem para construir unidade enquanto sustenta as diferenças dentro dos grupos nacionais e para diferenciar aquele que pertence à nação de outros através da posse do segredo para fazer essa leitura. Assim, pode-se dizer que, internamente, a comunidade imaginada pôde ser apoiada pelas leituras diversas e complicadas das pessoas sobre as construções ideológicas da identidade nacional. Ao mesmo tempo, essa inclusão ambígua se sustentou pela clara exclusão e o fator crítico para definir o grupo (nacional) se tornou a fronteira que define o grupo em relação a outros grupos, não a realidade cultural dentro dessas fronteiras. Como diz Mary Douglas (1976[1966]:50-51), a pureza não pode ser marcada através dela mesma. Apenas a impureza marca a pureza, numa situação

relacional. O nosso comportamento de poluição é a reação que condena qualquer objeto ou ideia capaz de confundir ou contradizer classificações ideais.

Nesse sentido, Iwabuchi (1994) argumenta que a japonicidade manteve a sua unidade precária não apenas por se diferenciar do Outro, mas por ser diferenciado pelo Outro. Mas o Outro e o Eu exploram a mesma estratégia discursiva e o reconhecimento recíproco dos Outros solidifica cada identidade como algo factual, confinando divisões internas e diferenças ao âmbito do segredo doméstico. Aos olhos do Outro, a complicada contradição do Japão – onde a dialética entre a construção ideológica da japonicidade, as diversas leituras das pessoas e a resistência contra isso que sempre estavam presentes – desaparece. O Japão tende a ser representado apenas como uma entidade. Junto com a auto representação do Japão, confirma, por sua vez, a alteridade distinta do Japão aos japoneses. É nessa interação entre o Japão e o seu Outro que se torna possível ao Japão se diferenciar das outras nações de uma maneira mais ou menos clara. A japonicidade tem que ser imaginada pelos Outros, assim como pelos seus próprios membros, embora diferentemente.

Diante da insistência na ideia de homogeneidade da sociedade japonesa, tem-se negligenciado a heterogeneidade cada vez mais visível no período atual. A partir dos meados dos anos 80, o discurso político e ideológico dos grupos conservadores e influentes passou a ressaltar a homogeneidade e singularidade cultural nipônica para justificar o sucesso econômico que fez do Japão um dos principais atores no cenário internacional. É também nesse contexto e período que se iniciou um grande influxo de trabalhadores migrantes estrangeiros no Japão, conhecidos como os *newcomers* (diferenciando-se dos *oldcomers* que estão relacionados com o período colonial japonês da primeira metade do século XX). Isso trouxe à tona o debate sobre a internacionalização e o multiculturalismo da sociedade japonesa que, por sua vez, contrasta com o forte mito da homogeneidade e singularidade nipônica.

Em suma, o Nihonjinron ou as teorias da japonicidade remete à reflexão constante sobre a identidade nacional japonesa, de acordo com o contexto histórico em que se encontra, a partir do qual se constrói todo um debate e teorias que tentam explicar a si mesmo, no caso, o Japão.

## Referências Bibliográficas

- Anderson, Benedict. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 1983.
- ASKEW, David. Oguma Eiji and the Construction of the Modern Japanese National Identity. **Social Science Japan Journal**. Tokyo: Institute of Social Science, University of Tokyo, vol. 4, nº 1, p. 111-116, 2001.
- BEFU, Harumi & MANABE, Kazufumi. Empirical Status of Nihonjinron: How Real Is the Myth? In: BOSCARO, Adrianna; GATTI, Franco & RAVERI, Massimo (eds.). **Rethink-**

- ing Japan**, vol. 2 – Social Sciences, Ideology & Thought, UK: Japan Library, 1990, p. 124-133.
- BENEDICT, Ruth. **O Crisântemo e a Espada**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988. 1ª edição em inglês: 1946 – *The Chrysanthemum and the Sword*.
- CABRAL, Severino. O Japão e as Nações Unidas no Após Guerra Fria. Paper apresentado no Seminário sobre o Japão, realizado pelo Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais (IPRI), no Hotel Le Meridien, Rio de Janeiro, 7 e 8 de dezembro de 2000. 16 pp.
- DALE, Peter. **The Mith of Japanese Uniqueness**. Oxford (UK): University of Oxford / Nissan Institute for Japanese Studies, 1986.
- DOAK, Kevin. Building National Identity through Ethnicity: Ethnology in wartime Japan and After. **Journal of Japanese Studies**, vol. 27, nº 1, p. 1-39, winter, 2001.
- DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976. 1ª edição em inglês: 1966 – *Purity and Danger*.
- Dower, John. **War Without Mercy: Race and Power in the Pacific War**. New York: Pantheon Books, 1986.
- Goodman, Roger. Fieldwork and Reflexivity: Thoughts from the Anthropology of Japan. In: DRESCH, Paul; JAMES, Wendy; PARKIN, David J. (eds.). **Anthropologists in a Wider World** – Essays on Field Research. New York, Oxford: Berghahn Books, 2000, p. 151-165.
- HALL, Stuart. The Question of Cultural Identity. In: HALL, Stuart; HELD, David & MCGREW, Tony (eds.). **Modernity and its Future**. Cambridge: Politic Press / Open University Press, 1992, p.273-326.
- IWABUCHI, Koichi. Complicit Exoticism: Japan and its Other. **The Australian Journal of Media & Culture** – Critical Multiculturalis – edited by Tom O'Regan, vol. 8, nº 2, 1994. URL (acessado 12/11/2005): <http://wwwmcc.murdoch.edu.au/ReadingRoom/8.2/Iwabuchi.html>
- KEYLOR, William. **The Twentieth-Century World** – An International History. New York, Oxford: Oxford University Press, 1992.
- LIE, John. Sociology of Contemporary Japan. Trend Report. Current Sociology. **Journal of The International Sociological Association (ISA)**, London: Sage Publications, vol. 44, nº 1, spring, 1996.
- MOUER, Ross & SUGIMOTO, Yoshio. **Images of Japanese Society** – A Study in the Structure of Social Reality. London, New York: Routledge & Kegan Paul International, 1986.
- NAKANE, Chie. **Japanese Society**. 8ª edição, Tokyo: Charles E. Tuttle Co., 1992. 1ª edição em japonês: 1967 **Tateshakai no Ningen Kankei**.
- NAKAO, Keiko. Sociological Work in Japan. **Annual Review of Sociology**, vol. 24, nº 1, p.449-516, August 1998. URL (acessado 26/02/2006): [www.questia.com](http://www.questia.com)
- RENAN, Ernest. What is a Nation?. In: BHABHA, Homi K. (ed.). **Nation and Narration**. London & New York: Routledge, 1990, p. 8-22.

SUGIMOTO, Yoshio. **An introduction to Japanese Society**. UK: Cambridge University Press, 1997.

VAN Wolferen, Karel. **The Enigma of Japanese Power**. New York: Knopf, 1989.

Vogel, Ezra. **Japan as Number One**. Cambridge: Harvard University Press, 1979.

WEINER, Michael (ed.). **Japan's Minorities – The Illusion of Homogeneity**. London & New York: Routledge, 1997.